**ANEXO I**

CHECKLIST – Prorrogação da vigência de convênio celebrado no âmbito do Poder Executivo Estadual, para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, nos termos do Decreto estadual n. 733/2024.

|  |  |
| --- | --- |
| **Atos e documentos a serem verificados** | **S/N/NA\*** |
| Existência de previsão para a prorrogação no termo de convênio original |  |
| Justificativa para a prorrogação pretendida |  |
| O convênio está vigente |  |
| Novo Plano de Trabalho aprovado por ambos  os partícipes |  |
| Análise e aprovação pelo setor técnico  Obs. Deve a área técnica se manifestar de forma conclusiva quanto à viabilidade de prorrogação, abordando, quanto possível, o estágio da execução do objeto, a procedência da justificativa apresentada pelo convenente e o quantum de prazo que se pretende acrescer à vigência. |  |
| Observância do prazo de 5 (cinco) anos, prorrogável por mais 24 (vinte e quatro) meses, excepcionalmente e de forma justificada |  |
| Minuta do termo aditivo de prorrogação, de acordo com a minuta-padrão constante do Anexo III, devidamente preenchida pelo setor técnico competente, em conformidade com o novo Plano de Trabalho |  |
| Cópia integral do Parecer Referencial, com o despacho de aprovação do Procurador-Geral do Estado |  |
| Prorrogação de convênios em ano eleitoral |  |
| Convênio celebrado antes do período vedado pela lei eleitoral (três meses antes do pleito), cuja execução da obra ou do serviço objeto do ajuste foi fisicamente iniciada e está em andamento.  *Obs:* Nesse caso, deve a área técnica:   1. comprovar nos autos que há convênio formalizado e/ou termos aditivos anteriores aos três meses antes do pleito, bem como processo licitatório formalizado pelo convenente (de modo a comprovar a “*obrigação formal preexistente*”);  comprovar nos autos que a execução da obra ou do serviço objeto do convênio foi fisicamente iniciada antes da data limite da vedação eleitoral e está em andamento. Recomenda-se que se exija do ente beneficiário a entrega de uma declaração listando quais serviços e obras foram iniciados, seguindo o cronograma físico-financeiro previsto no Plano de Trabalho aprovado, acompanhado da documentação probatória, que deverá ser atestada pelo setor/servidor responsável pelo monitoramento do convênio. |  |
| Convênio celebrado antes do período vedado pela lei eleitoral, cuja prorrogação se faz necessária em razão de emergência ou calamidade pública  *Obs*: Nesse caso, deve ser apresentada a justificativa com documentos comprobatórios |  |
| Convênio celebrado antes do período vedado pela lei eleitoral, cuja prorrogação não se enquadra em nenhuma ressalva (a execução da obra ou do serviço ainda não foi fisicamente iniciada, tampouco se trata de situação de emergência ou calamidade pública).  *Obs:* Nesse caso, é permitida a prorrogação formal, sendo vedado eventual repasse de recursos financeiros nos três meses que antecedem o pleito. Deve a área técnica juntar aos autos o cronograma de desembolso, de modo a comprovar a inexistência de repasses no período vedado. |  |

**(\* ) Leia-se: S = sim; N = não; NA = não se aplica**

A resposta “sim” autoriza a utilização deste Parecer. A resposta “não” impede a utilização deste Parecer. A resposta “não se aplica” autoriza a utilização deste Parecer.

**Local, data da assinatura digital**

**Nome (\*)**

**Cargo (\*)**

**Matrícula nº (\*)**

**(\*) Dados do servidor responsável pela conferência**

**ANEXO II**

**TERMO DE CONFORMIDADE**

DECLARO, com base no checklist de fls. xxxx (indicar páginas respectivas), para todos os fins de direito, que o Processo n. xxxx xxxxx/xxxx (indicar número do processo respectivo no SGP-e) encontra-se regularmente instruído com os documentos obrigatórios, achando-se a situação concreta e a instrução do processo em conformidade com a hipótese prevista no Parecer Jurídico Referencial n. xxx/202x-PGE.

**Local, data da assinatura eletrônica.**

**Nome (\*)**

**Cargo (\*)**

**Matrícula nº (\*)**

**(\*) Dados do chefe do setor responsável pelos convênios e/ou contratos administrativos no órgão/entidade**

**ANEXO III**

Minuta de Termo Aditivo de prorrogação de vigência de convênio celebrado no âmbito do Poder Executivo Estadual, para repasse de recursos financeiros, visando à execução de programas e ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação, nos termos do Decreto estadual n. 733/2024.

XXXXX (preencher com o número do aditivo – primeiro, segundo etc) TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. XXXX QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DO(A) XXXX, E ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS/OUTRO ENTE DA FEDERAÇÃO/CONSÓRCIO PÚBLICO, VISANDO À PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO.

O ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio do(a) XXXX, com sede na [endereço do órgão/entidade concedente], inscrito no CNPJ sob n. XXXX, doravante denominado CONCEDENTE, e ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS/OUTRO ENTE DA

FEDERAÇAO/CONSÓRCIO PÚBLICO, neste ato representado por XXXX, com sede na [endereço do órgão/entidade convenente], inscrito no CNPJ sob n. XXXX, doravante denominado CONVENENTE, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente TERMO ADITIVO, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Este Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Convênio n. XXXX (indicar o número do convênio), por XXXX (por extenso) anos/meses, a contar do dia subsequente ao último dia do prazo de vigência em curso OU até o dia XX/XX/XXXX (indicar a data exata).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

A justificativa para a celebração do aditamento (indicar os motivos/causas para o aditamento do convênio)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do convênio original, desde que não conflitem com o disposto neste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

O presente Termo Aditivo será publicado por extrato em Diário Oficial, na forma da Lei, como condição indispensável à sua eficácia.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

E assim, por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento para que surta os seus efeitos legais

Florianópolis/SC, data da assinatura eletrônica.

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX

CONCEDENTE CONVENENTE

(Autoridade competente) (Autoridade competente)

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXX

CPF: CPF: